



J. Ama
fe. Abm
M.P.
J. M.
M. J.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2021

J. Mendes
F. Almeida
B. Sampaio
J. P. P. Sampaio

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social.....	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
3.1	Principais politicas contabilísticas.....	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração.....	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação.....	5
3.1.1.2	Politicas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas	13
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas.....	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	14
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
5	Ativos Intangíveis	16
6	Inventários	17
7	Rendimentos e Gastos	17
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
9	Benefícios dos empregados	19
10	Acontecimentos após data de Balanço	19
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
12	Outras Divulgações	20

12.1 Outras contas a receber.....	20
12.2 Diferimentos	21
12.3 Caixa e Depósitos Bancários	21
12.4 Fundos Patrimoniais.....	21
12.5 Fornecedores	22
12.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.7 Outras Contas a Pagar.....	23
12.8 Subsídios, doações e legados à exploração	23
12.9 Fornecimentos e serviços externos	23
12.10 Outros rendimentos e ganhos	24
12.11 Outros gastos e perdas	24
12.12 Resultados Financeiros	24

*J. Ferreira
M. M.
P. S.
S. H.*

1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a name, is written vertically along the right margin of the page.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto e médio prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como

rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a

continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração teve também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.

b) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

Descrição	Vida útil estimada	Vida útil revista	Impacto nas depreciações
Estrutura ERPI	15 anos	25 anos	62.423,10
Imputação subs. invest			49.147,54

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir




4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	3 093 431,10 €	72 257,27 €				3 165 688,37 €
Equipamento básico	378 424,27 €	8 451,25 €				386 875,52 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	157 147,39 €					157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €					43 572,73 €
Investimentos em Curso		951,52 €				951,52 €
Total	3 734 632,13 €	81 660,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 816 292,17 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 320 473,01 €	156 036,25 €				1 476 509,26 €
Equipamento básico	317 825,73 €	30 333,32 €				348 159,05 €
Equipamento de transporte	62 056,62 €					62 056,62 €
Equipamento administrativo	132 090,39 €	8 127,24 €				140 217,63 €
Outros Ativos fixos tangíveis	32 000,48 €	4 638,24 €				36 638,72 €
Total	1 864 446,23 €	199 135,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 063 581,28 €

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	3 093 431,10 €					3 093 431,10 €
Equipamento básico	376 628,56 €	1 795,71 €				378 424,27 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	157 147,39 €					157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	40 682,84 €	2 889,89 €				43 572,73 €
Investimentos em Curso						
Total	3 729 946,53 €	4 685,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 734 632,13 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 172 710,05 €	147 762,96 €				1 320 473,01 €
Equipamento básico	289 237,24 €	28 588,49 €				317 825,73 €
Equipamento de transporte	57 495,78 €	4 560,84 €				62 056,62 €
Equipamento administrativo	123 963,15 €	8 127,24 €				132 090,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	27 362,24 €	4 638,24 €				32 000,48 €
Total	1 670 768,46 €	193 677,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 864 446,23 €

Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		19 068,33 €		19 068,33 €	
Total	0,00 €	19 068,33 €	0,00 €	19 068,33 €	0,00 €

Descrição	2020				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		10 948,12 €		10 948,12 €	
Total	0,00 €	10 948,12 €	0,00 €	10 948,12 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 005 040,34 €	983 144,66 €
Juros	41,97 €	130,83 €
Total	1 005 082,31 €	983 275,49 €

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Anexo" and "2021".

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	688 983,19 €	664 680,35 €
Outros subsídios	11 241,26 €	10 274,68 €
Total	700 224,45 €	674 955,03 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	714 365,08 €	797 725,12 €
Câmara Municipal de Matosinhos	332 407,40 €	365 432,24 €
Donativos particulares	96 436,18 €	101 793,69 €
Para outros investimentos:		
NORTE 2020	55 503,79 €	
Câmara Municipal de Matosinhos	172 285,26 €	181 856,82 €
Total	1 370 997,71 €	1 446 807,87 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2021 e 2020 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do Centro Padre Ângelo, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um envidraçado para fecho dum espaço existente com quartos de banho de apoio ao mesmo e com a aquisição de viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. J. F. P.' followed by some smaller, less legible scribbles.

Durante o exercício de 2021, foi recebido um subsídio do NORTE 2020, no montante de 63.432,91€. Este montante, foi aplicado na instalação de um sistema energético fotovoltaico de autoconsumo de energia.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 79 e em 31/12/2020 foi de 76.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	902 856,76 €	850 763,74 €
Indemnizações	7 487,74 €	2 018,97 €
Encargos sobre as Remunerações	202 028,66 €	190 647,71 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21 248,15 €	20 732,04 €
Outros Gastos com o Pessoal	46 525,19 €	49 708,31 €
Total	1 180 146,50 €	1 113 870,77 €

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2021, bem como da atualização das tabelas salariais.

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 23 de Março de 2022.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	59 778,83 €	57 276,69 €
Outros Devedores	10 355,85 €	2 338,81 €
Total	70 134,68 €	59 615,50 €

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	5 059,08 €	5 095,11 €
Outros gastos a reconhecer	3 140,31 €	1 747,27 €
Total	8 199,39 €	6 842,38 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		29,07
Total	0,00	29,07

Anexo em 31 de Dezembro de 2021

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 179,37 €	919,30 €
Depósitos à ordem	41 695,24 €	32 871,38 €
Depósitos a prazo	40 000,00 €	139 500,00 €
Total	82 874,61 €	173 290,68 €

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	267 397,58 €		53 892,60 €	213 504,98 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 447 504,87 €	63 432,91 €	139 243,07 €	1 371 694,71 €
Total	1 714 902,45 €	63 432,91 €	193 135,67 €	1 585 199,69 €

O decréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, conforme deliberado pela Direção.

Yanu
M
S
f

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se à imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.10)

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	106 816,68 €	94 805,91 €
Total	106 816,68 €	94 805,91 €

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,36 €	2,24 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 309,57 €	5 986,56 €
Total	14 309,93 €	5 988,80 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 398,64 €	1 198,31 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 377,00 €	5 725,50 €
Segurança Social	23 235,23 €	21 352,45 €
Total	31 010,87 €	28 276,26 €

gr. Marj
HJ

12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		58,45 €		15,19 €
Fornecedores de Investimentos		9 818,09 €		7 260,30 €
Credores por acréscimo de gastos		149 283,51 €		140 443,19 €
Outros credores		4 232,63 €		11 334,73 €
Total	0,00 €	163 392,68 €	0,00 €	159 053,41 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2021 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2022.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	688 983,19 €	664 680,35 €
Subsídios de outras entidades	11 241,26 €	10 274,68 €
Total	700 224,45 €	674 955,03 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	372 082,62 €	345 205,37 €
Serviços especializados	61 522,99 €	64 989,03 €
Materiais	30 386,39 €	19 658,46 €
Energia e fluidos	62 110,86 €	55 020,81 €
Deslocações, estadas e transportes	48,40 €	186,60 €
Serviços diversos	108 093,20 €	95 494,30 €
Encargos com utentes	5 854,21 €	2 011,87 €
Total	640 098,67 €	582 566,44 €



 P. Amorim
 1/1
 S

12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	62 228,92 €	46 322,02 €
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,01 €
Outros rendimentos e ganhos	174 984,05 €	158 074,57 €
Total	237 212,97 €	204 396,60 €

O saldo da rubrica “outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 139.243,07€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1 693,93 €	324,41 €
Descontos de pronto pagamento concedidos		0,50 €
Outros Gastos e Perdas	16 114,43 €	13 962,40 €
Total	17 808,36 €	14 287,31 €

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 169,88 €	1 168,76 €
Outros gastos e perdas de financiamento	34,65 €	0,55 €
Total	1 204,53 €	1 169,31 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	41,97 €	130,83 €
Total	41,97 €	130,83 €
Resultados Financeiros	-1 162,56 €	-1 038,48 €

PERAFITA, 23 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

José José Gomes Soares

CC 41263

A Direção

Padre Ângelo Ferreira Pinto

Presidente da Junta Freguesia
2 - 1 - 2022

António Carvalho

José Manoel Pinto

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 752 710,89	1 870 185,90
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		19 964,22	15 434,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 772 675,11	1 885 620,35
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	341,33
Estado e outros entes públicos		14 309,93	5 988,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		8 199,39	6 842,38
Outros ativos correntes		70 134,68	59 615,50
Caixa e depósitos bancários		82 874,61	173 290,68
		175 518,61	246 078,69
Total do ativo		1 948 193,72	2 131 699,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		213 504,98	267 397,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 371 694,71	1 447 504,87
Resultado líquido do período		1 585 199,69	1 714 902,45
Total dos fundos patrimoniais		-114 941,71	-53 892,60
		1 470 257,98	1 661 009,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		130 642,12	173 199,11
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		130 642,12	173 199,11
Passivo corrente			
Fornecedores		106 452,36	94 805,91
Estado e outros entes públicos		31 010,87	28 276,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		46 437,71	15 325,43
Rendimentos a reconhecer		0,00	29,07
Outros passivos correntes		163 392,68	159 053,41
		347 293,62	297 490,08
Total do passivo		477 935,74	470 689,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 948 193,72	2 131 699,04

A Direcção

*Padre Angelo Ferreira Pinto
Fernando José Gomes Soares
2021-2022*

O responsável

*Fernando José Gomes Soares
CC 41263*

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		1.005.040,34	983.144,66
Subsídios, doações e legados à exploração		700.224,45	674.955,03
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		19.068,33	10.948,12
Fornecimentos e serviços externos		640.098,67	582.566,44
Gastos com o pessoal		1.180.146,50	1.113.870,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		237.212,97	204.396,60
Outros gastos e perdas		17.808,36	14.287,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		85.355,90	140.823,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		199.135,05	193.677,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-113.779,15	-52.854,12
Juros e rendimentos similares obtidos		41,97	130,83
Juros e gastos similares suportados		1.204,53	1.169,31
Resultados antes de impostos		-114.941,71	-53.892,60
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-114.941,71	-53.892,60

*António Augusto Ferreira de Sousa
 Manuel José da Costa Pinto - Fazenda*

7-2-2022-a-cc-5

*Hortas Co
 António Manuel da Costa Pinto*

Fátima José Gomes Soares

CC 41263



P'nto. J. Ferreira Pinto

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Índice

1. Identificação da Entidade	2
2. Síntese	2
3. Volume de negócios	3
4. Utentes	4
5. Eventos e atividades	5
6. Situação Contributiva	5
7. Pessoal	5
8. Investimentos	6
9. Financiamento	7
10. Gastos	7
11. Rendimentos	11
12. Resultados	13
13. Perspetivas para 2022	13
14. Agradecimentos	14



g. Atay *J. M. P.*

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os Paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, pré-escolar, centro de dia, centro de convívio e estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI).

2. Síntese

O ano de 2021 ficou marcado pelo surto de COVID-19 que ocorreu na ERPI no mês de Julho. Este surto, afetou utentes e colaboradores da Instituição. Foi necessário adaptar e reorganizar, espaços, procedimentos e pessoas.

Se já o ano de 2020, tinha sido um ano difícil e exigente, o ano de 2021 veio confirmar a capacidade de superação e de recuperação das adversidades.

Com mais de metade dos nossos idosos infetados e grande parte dos nossos auxiliares de ação direta afetos à valência da ERPI na mesma situação, tivemos que à semelhança do ano anterior, reorganizar e motivar as equipas para que o serviço fosse prestado e garantido nas melhores condições possíveis.



Assinatura de João M. S. Pinto

3. Volume de negócios

Em 2021, o volume de negócios apresentou um aumento residual na ordem dos 2%.

Esta variação justifica-se pela reabertura da valência de centro de dia apenas no mês de Abril e da valência de centro de convívio em Junho, bem como, pelas paragens decretadas pelo Governo na área da infância, no âmbito da prevenção e combate à COVID 19.

Detalhe:

Área	2021	2020	Variação
Infância			
Creche I	64 350,02 €	65 297,04 €	-1,45%
Creche II	35 526,15 €	37 518,84 €	-5,31%
Pré-escolar	79 852,16 €	81 912,72 €	-2,52%
<i>Subtotal</i>	179 728,33 €	184 728,60 €	
Sénior			
Centro de dia	33 044,79 €	31 311,65 €	5,54%
Centro de Convívio	1 010,00 €	1 653,00 €	-38,90%
ERPI	791 257,22 €	765 451,41 €	3,37%
<i>Subtotal</i>	825 312,01 €	798 416,06 €	
Total	1 005 040,34 €	983 144,66 €	2,23%



gr. Atm
J. José
S.
L.

4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de utentes foi de 234, um ligeiro decréscimo de 1,2% comparativamente a 2020 em que a média se cifrava em 237. Para estes 234 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	28	28	35
Pré-escolar	75	75	75
<i>Subtotal</i>	138	138	151
Sénior			
Centro de dia	16	30	60
Centro de Convívio	19	20	20
ERPI	61	30	68
<i>Subtotal</i>	96	80	148
Total	234	218	299



P. Ángel J. Ferreira Pinto

5. Eventos e atividades

No seguimento do ano anterior, não foi permitido às valências desenvolver qualquer tipo de eventos.

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 79 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram vinte e duas pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, dez pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção (CEI), uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto (EAEE), uma ao abrigo da medida ATIVAR e dez ao abrigo da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MARESS), criada no âmbito do combate à pandemia do Coronavírus COVID-19).

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP em 50%. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

A medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 70% sobre o vencimento e respetivos encargos.

A ATIVAR, é comparticipada em 12 vezes sobre o montante do IAS.

Relativamente à medida MARESS, a comparticipação do IEFP é de 90% sobre o vencimento e a totalidade do encargo com a despesa de transporte até ao limite de 10% do IAS.

Além dos 79 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

Alimentação;

Limpeza;

Lavandaria;

Medicina;

Enfermagem;



*pe Am. José
AS / S*

Fisioterapia;
Podologia;
Nutrição;
Advocacia;
Consultoria financeira,
Atividades de educação desportiva e recreativa.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.

8. Investimentos

Durante o ano de 2021, o montante de investimentos feito foi de 81.660,04€.

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	73 208,79 €
Equipamento básico	8 451,25 €
Total	81 660,04 €

Edifícios e outras construções

Foi instalado um sistema energético fotovoltaico de autoconsumo, bem como, um sistema de segurança contra incêndios.

Para a instalação do sistema energético fotovoltaico de autoconsumo, a Instituição fez uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020.

Num total de 149.928,14€ de investimento elegível proposto para a candidatura, foi aprovada a verba de 63.432,91€.

Equipamento básico

Foram apetrechados alguns quartos de utentes da ERPI, com mobiliário, grades nas camas e estrados articulados.

Foram também adquiridos televisores e uma prancha para passar a ferro para a lavandaria.



fe
J
f
m
S

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da Segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2021, o montante de 322.920,17€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

No contexto da pandemia COVID-19, em 31 de março de 2020, a Instituição aderiu à moratória Pública prevista e regulada pelo Decreto-Lei nº 10-J/2020. Em Outubro de 2021, com o fim da referida moratória a Instituição retomou o pagamento e cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a instituição bancária.

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 2.057.461€ representando um aumento de 7,4% face a 2020.

Gastos 2021

Juros e gastos similares suportados	1 204,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	199 135,05
Outros Gastos e perdas	17 808,36
Gastos c/pessoal	1 180 146,50
FSE	640 098,67
CMVMC	19 068,33



*fr. José
José
1*

No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir que todas as rubricas registaram um aumento.

Tal como atrás mencionado, no mês de Julho, a valência da ERPI, foi afetada por um surto de COVID-19.

Este acontecimento fez aumentar exponencialmente todos os gastos relacionados, desde a recolha de resíduos hospitalares ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI's).

A rubrica de CMVMC foi a que representou a maior variação, 74%, justificada pelo encerramento temporário, em 2020, das valências da infância, centro de dia e centro de convívio.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas representa também um aumento de 24,6%. Este aumento é justificado pelos gastos relacionados com a já referida, reabertura de algumas valências ao longo do ano.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação de 9,9% deveu-se ao surto e ao contínuo gasto com EPI's, com soluções desinfetantes e com a adaptação de espaços, com vista à proteção contra o Coronavírus COVID-19.

Na rubrica de gastos com pessoal, a variação de 5,9% face ao ano anterior resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2021, bem como da atualização das tabelas salariais.



P. Ángel J. And S.

Gastos 2020

Juros e gastos similares suportados	1 169,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	193 677,77
Outros Gastos e perdas	14 287,31
Gastos c/pessoal	1 113 870,77
FSE	582 566,44
CMVMC	10 948,12



*P.º 1007
J.º 1007
A.º 1007*

À data de 31 dezembro de 2021, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoría	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	34
Ajudante de Ação Educativa	12
Ajudante de cozinha	3
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	3
Diretora Técnica área Infância	2
Diretora Técnica área Séniior	2
Educador de infância	4
Escriturário	3
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	6
Total	75

No que respeita à categoria de Ajudante de Ação Direta, no total de 34, estão incluídos 6 colaboradores que se encontram em regime de substituição direta de outros trabalhadores ausentes por motivo de baixa prolongada por doença.



Pr/Ano
8K Anos

No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	372 082,62 €	58,13%
Serviços especializados	61 522,99 €	9,61%
Materiais	30 386,39 €	4,75%
Energia e Fluídos	62 110,86 €	9,70%
Deslocações, estadas e transportes	48,40 €	0,01%
Serviços diversos	108 093,20 €	16,89%
Encargos com utentes	5 854,21 €	0,91%
Total	640 098,67 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e manutenção.

11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2021, verifica-se que a rubrica com a variação mais significativa positiva, foi a de Outros Rendimentos e Ganhos, 16,6%.

Nesta rubrica, foram reconhecidos os seguintes subsídios:

Instituto da Segurança Social – 7.619,35€

Município de Matosinhos – 10.838,65€

NORTE 2020 – 1.232,79€

IAPMEI – 887,25€

Os dois primeiros subsídios tiveram como finalidade apoiar a aquisição de equipamentos de proteção individual contra o COVID-19, o do NORTE 2020 o apoio ao empreendedorismo social e o do IAPMEI, como finalidade, apoiar a atualização da retribuição mínima garantida.



*Padre
Joaquim
Sousa
5*

Nesta variação, estão também incluídas as comparticipações das famílias nas despesas relacionadas com a crescente dependência dos nossos utentes. Exemplo destes gastos são o material de incontinência e os serviços de fisioterapia.

A rubrica de subsídios, doações e legados á exploração apresentou um aumento de 3,7% Este aumento, refere-se basicamente à atualização das comparticipações pagas por parte do Instituto da Segurança Social.





13



12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2021 foi negativo no montante de 114.941,71€ (Cento e catorze mil novecentos quarenta e um euros e setenta e um céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2022

A Direção está a acompanhar de perto e com preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia no início do ano de 2022.

Esta invasão, fez escalar os preços dos combustíveis, nomeadamente o preço do gás, para valores incomparáveis aos praticados no ano de 2021. Por caducidade do anterior contrato, a Instituição viu-se forçada a celebrar um contrato para fornecimento deste combustível a preços desmesuradamente altos e que vão certamente afetar os resultados futuros.

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Obras de remodelação nos quartos dos utentes da ERPI



J. nas
Fr. Am. / 5

14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes e seus familiares/Representantes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 23 de Março de 2022



A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre António Augusto Teixeira de Sousa

António Augusto Teixeira de Sousa.

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

José Luís Cortês da Cunha Leão

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa

Vogal – Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira